

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA E TDAH NO AMBIENTE ESCOLAR: UM OLHAR PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

CHALLENGES AND STRATEGIES FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH ASD AND ADHD IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: A LOOK AT INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICE

Carlos Lima do Nascimento
Universidade Federal de Alagoas
carlosnairpaulo@live.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8201-2595>

RESUMO: Este artigo foi apresentado no IV Seminário Nacional do NUDES, I Seminário Internacional do NUDES: Sociedade, Educação e Direitos Humanos: equidade na diversidade. O Grupo de Trabalho em que o mesmo foi problematizado e socializado foi o GT 1. Direito Educacional e a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Educacional. Educação Especial. Perspectiva Inclusiva.

ABSTRACT: This article was presented at the IV National Seminar of NUDES, I International Seminar of NUDES: Society, Education and Human Rights: equity in diversity. The Working Group in which it was discussed and shared was WG 1. Educational Law and Special Education from the Perspective of Inclusive Education.

KEYWORDS: Educational Law. Special Education. Inclusive Perspective.

Introdução

A inclusão escolar no Brasil é garantida por um conjunto de políticas públicas que visam garantir o direito à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas necessidades educacionais. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta uma série de desafios, especialmente no que diz respeito à educação especial. Este artigo se propõe a examinar esses desafios e perspectivas a partir da realidade das escolas públicas, tomando como estudo de caso a Escola Francisco Pereira Leite, localizada em Água Branca, Alagoas. A escolha dessa instituição se justifica pela sua experiência na implementação de práticas inclusivas, que refletem os avanços e limitações das políticas públicas em contextos de vulnerabilidade.

A legislação brasileira, incluindo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, estabelece um arcabouço legal robusto para a educação especial, promovendo a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. No entanto, o desafio é na eficácia da aplicação dessas políticas no dia a dia das escolas. A Escola Francisco Pereira Leite, como muitas outras no país, enfrentou dificuldades relacionadas à formação de seus professores, à falta de recursos adequados e às barreiras culturais que ainda permeiam o ambiente escolar, dificultando a facilidade e a inclusão plena desses alunos.

Pesquisadores como Mantoan (2003) e Dutra (2015) discutem que a inclusão escolar não se limita à presença física do aluno com deficiência na escola regular. A verdadeira inclusão depende de mudanças profundas nas práticas pedagógicas e no ambiente escolar. Na Escola Francisco Pereira Leite, essas questões se manifestam de forma concreta, com os professores lidando com a necessidade de adaptar suas metodologias de ensino para acolher as diversas formas de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Além disso, a infraestrutura escolar muitas vezes não está preparada para atender esses estudantes, refletindo uma lacuna entre o que está previsto nas políticas públicas e o que é realmente implementado nas escolas.

Diante desse cenário, o presente estudo busca analisar de forma crítica como as políticas públicas de educação especial têm sido inovadoras na prática, utilizando a Escola Francisco Pereira Leite como um exemplo para explorar os avanços e as limitações dessa implementação. A partir dessa análise, pretende-se identificar caminhos que possam contribuir para a promoção de uma educação inclusiva de qualidade, que atenda às necessidades de todos os alunos, de forma equitativa e justa.

Objetivos e metodologia

A proposta deste trabalho é analisar os desafios e as perspectivas envolvidas na implementação das políticas públicas de educação especial no Brasil, com foco na realidade vivenciada em escolas públicas, como a Escola Francisco Pereira Leite, localizada em Água Branca, Alagoas. As políticas de inclusão escolar, instituídas por

marcos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, garantem o direito de acesso à educação para todos, incluindo alunos com deficiência. No entanto, a eficácia da aplicação dessas normas encontra dificuldades que variam de acordo com as particularidades regionais e institucionais, exigindo um olhar atento às práticas e às barreiras presentes no cotidiano escolar.

Neste contexto, a Escola Francisco Pereira Leite se destaca como um exemplo relevante de como as políticas públicas de educação especial podem ser aplicadas em regiões com recursos limitados. Ao longo dos anos, essa escola tem trabalho para integrar alunos com deficiências físicas e cognitivas no ambiente escolar regular, enfrentando desafios estruturais e culturais que dificultam a inclusão plena. O objetivo do artigo é compreender como as legislações e diretrizes nacionais são traduzidas na prática pedagógica dessa instituição e identificar os principais obstáculos que impedem a concretização de uma educação inclusiva de qualidade.

Entre os desafios apresentados, destaca-se a formação docente, que muitas vezes é insuficiente para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos com deficiência. De acordo com Mantoan (2003), a inclusão escolar requer uma transformação profunda nas práticas pedagógicas, além da simples adaptação curricular. Na Escola Francisco Pereira Leite, essa questão se manifesta na dificuldade que os professores enfrentam para adequar suas estratégias de ensino às diferentes formas de aprendizagem, o que reflete um desafio comum em diversas escolas públicas no Brasil. Conforme argumentado por Gil (2016), a formação contínua dos docentes é essencial para garantir que as políticas de inclusão se tornem efetivas, permitindo que os professores desenvolvam competências para trabalhar com alunos de necessidades educacionais especiais.

Além disso, a infraestrutura das escolas, como é o caso da Escola Francisco Pereira Leite, muitas vezes não é adequada ao critério da educação inclusiva. Dutra (2015) aponta que a falta de recursos materiais, como salas de atendimento educacional especializado e profissionais de apoio, compromete o sucesso das iniciativas de inclusão. Na Escola Francisco Pereira Leite, essas limitações têm impacto direto no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, que muitas vezes

não recebem o suporte necessário para acompanhar o currículo escolar. Esse cenário reflete a discrepância entre o que é estabelecido em termos de políticas públicas e o que é implementado na prática, especialmente em regiões mais vulneráveis do país.

A metodologia adotada neste estudo foi uma pesquisa qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica e documental. A análise bibliográfica incluiu obras de autores renomados no campo da educação inclusiva, como Maria Teresa Eglér Mantoan e Marta Gil, que oferecem contribuições teóricas relevantes para a compreensão dos desafios enfrentados no Brasil. Além disso, foi realizada uma análise documental das legislações que regem a educação especial no país, como a LDB e o Plano Nacional de Educação (PNE), bem como os documentos institucionais da Escola Francisco Pereira Leite, para compreender como essas políticas são aplicadas em um contexto real.

Os resultados da pesquisa indicam que, apesar dos avanços nas políticas públicas de educação especial, a implementação ainda está longe de alcançar todos os seus objetivos. Na Escola Francisco Pereira Leite, a falta de formação adequada dos professores, somada às limitações estruturais, dificulta a inclusão plena de alunos com deficiência. No entanto, a escola tem conseguido implementar práticas pedagógicas inovadoras, adaptando o currículo e promovendo a integração desses alunos no ambiente escolar regular, o que demonstra o esforço contínuo de instituições públicas em superar as adversidades.

A discussão em torno desses resultados revela que as políticas públicas de educação especial no Brasil, embora importantes, precisam de aprimoramentos. Autores como Mantoan (2003) e Dutra (2015) destacam a necessidade de uma maior articulação entre as diretrizes legais e a realidade das escolas, de modo a garantir que os recursos financeiros e humanos sejam direcionados para promover a inclusão. A experiência da Escola Francisco Pereira Leite ilustra essa lacuna entre as políticas e sua aplicação prática, mas também evidencia o potencial das escolas públicas em promover uma educação inclusiva, desde que recebam o apoio necessário.

Assim, conclui-se que, embora haja progressos, ainda há muito a ser feito para que as políticas públicas de educação especial atinjam seus objetivos no Brasil. A Escola Francisco Pereira Leite exemplifica os desafios enfrentados por diversas

escolas públicas, mas também aponta caminhos para superá-los, especialmente por meio da formação docente e da adequação das infraestruturas. Portanto, é fundamental que o Estado continue investindo em programas de formação e em melhorias estruturais, garantindo o direito de todos os alunos à educação inclusiva de qualidade.

Resultados e discussão

Os resultados deste estudo revelam que, embora as políticas públicas de educação especial no Brasil tenham avançado significativamente nos últimos anos, sua implementação ainda encontra desafios consideráveis, especialmente em escolas de áreas rurais e periféricas, como a Escola Francisco Pereira Leite, localizada em Água Branca, Alagoas. A análise dos dados obtidos mostra que a inclusão de alunos com necessidades especiais nessa instituição reflete uma realidade comum a diversas escolas públicas do país, onde as diretrizes legais não são cumpridas por recursos práticos e infraestrutura adequada.

Na Escola Francisco Pereira Leite, por exemplo, um dos maiores obstáculos enfrentados é a formação insuficiente dos professores para lidar com as particularidades de alunos com deficiência. Embora as políticas de inclusão exijam que todos os alunos tenham acesso ao currículo regular, a falta de formação especializada dificulta o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas para atender às necessidades específicas desses estudantes. De acordo com Mantoan (2003), a inclusão não pode se limitar à integração física dos alunos com deficiência no espaço escolar, mas deve ser acompanhada de um processo pedagógico que leve em conta suas diversas formas de aprender. Esse ponto é particularmente sensível no caso da Escola Francisco Pereira Leite, onde muitos docentes ainda não receberam a formação necessária para aplicar metodologias de ensino inclusivas, apesar do empenho e dedicação complementares.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa é a inadequação da infraestrutura escolar. A Escola Francisco Pereira Leite, assim como muitas escolas públicas em regiões menos favorecidas, não dispõe de todos os recursos financeiros

necessários para garantir o pleno acesso dos alunos com deficiência, como rampas de acessibilidade, materiais didáticos adaptados e tecnologias assistivas. Segundo Dutra (2015), a ausência de condições físicas específicas nas escolas representa uma barreira significativa para a efetivação da inclusão, o que foi corroborado pelos dados coletados. Na prática, essa lacuna prejudica o desenvolvimento dos alunos com deficiência, que muitas vezes enfrenta dificuldades para acompanhar as atividades curriculares em igualdade de condições com seus colegas.

Além disso, uma pesquisa revela que a resistência cultural à inclusão ainda persiste em alguns contextos, tanto entre a equipe escolar quanto na comunidade local. Na Escola Francisco Pereira Leite, por exemplo, algumas famílias e até profissionais da educação demonstram atitudes de preconceito ou desinformação sobre as capacidades dos alunos com deficiência, o que contribui para a perpetuação de barreiras sociais. Conforme destacado por Gil (2016), a inclusão depende não apenas de recursos materiais e pedagógicos, mas também de uma mudança de mentalidade na comunidade escolar, que deve valorizar a diversidade como um elemento enriquecedor do processo educativo. Isso indica que, embora a escola tenha avançado em termos de práticas inclusivas, ainda há um longo caminho a percorrer para que a inclusão seja plenamente aceita e aplicada.

Por outro lado, o estudo também aponta resultados positivos, evidenciando que, mesmo diante dos desafios, a Escola Francisco Pereira Leite tem promovido avanços importantes na inclusão de alunos com necessidades especiais. A dedicação dos professores e a disposição da gestão escolar em buscar soluções criativas para os problemas enfrentados têm resultado em práticas pedagógicas adaptadas, como a flexibilização do currículo e o uso de metodologias mais colaborativas, que favorecem a participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares. Esses esforços demonstram o potencial das escolas públicas de promoção da inclusão, desde que recebam o apoio e os recursos adequados para superar as barreiras estruturais e culturais.

A discussão dos resultados sugere que, embora as políticas públicas de educação especial no Brasil estabeleçam um caminho promissor para a inclusão, sua efetividade depende de uma série de fatores que precisam ser aprimorados. A

formação contínua dos professores, a melhoria da infraestrutura escolar e o combate às atitudes de resistência cultural são aspectos fundamentais para o sucesso dessas políticas. A experiência da Escola Francisco Pereira Leite serve como exemplo das dificuldades e possibilidades que caracterizam a educação inclusiva no Brasil, evidenciando que, com os investimentos corretos, é possível avançar rumo a uma educação mais equitativa e acessível.

Considerações finais

As considerações finais deste estudo enfatizam a importância da reflexão sobre as políticas públicas de educação especial no Brasil, especialmente à luz da experiência da Escola Francisco Pereira Leite. A análise realizada evidenciou que, embora o país tenha avançado sem reconhecimento do direito à educação inclusiva, a implementação eficaz dessas políticas ainda enfrenta uma série de desafios que devem ser envolvidos com urgência.

Primeiramente, é evidente que a formação dos professores é um aspecto crítico para o sucesso da inclusão escolar. A falta de capacitação adequada para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos com deficiência é um obstáculo significativo, que impacta diretamente a qualidade do ensino oferecido. Para que a inclusão não se restrinja à mera presença física dos alunos com deficiência nas salas de aula, é essencial que os educadores recebam formação contínua e específica, capacitando-os a desenvolver práticas pedagógicas que atendam às demandas de todos os estudantes.

Além disso, a infraestrutura das escolas é uma questão que não pode ser negligenciada. A experiência da Escola Francisco Pereira Leite demonstra que, mesmo com boa vontade e o envolvimento dos professores e da gestão escolar, a falta de recursos materiais e físicos adequados compromete a efetividade da inclusão. Portanto, é necessário que as políticas públicas direcionem investimentos para melhorar as condições das escolas, garantindo que todos os alunos tenham acesso a um ambiente de aprendizagem seguro e adaptado às suas necessidades.

Outro ponto a ser considerado é a resistência cultural que ainda persiste em algumas comunidades em relação à inclusão. A promoção de uma mudança de atenção é fundamental para que a diversidade seja valorizada e respeitada no ambiente escolar. Isso requer um trabalho conjunto entre as escolas e a comunidade, com iniciativas que visem sensibilizar e informar sobre as capacidades e os direitos dos alunos com deficiência.

Por fim, as experiências positivas observadas na Escola Francisco Pereira Leite mostram que, com o apoio necessário e o comprometimento da equipe escolar, é possível implementar práticas inclusivas que beneficiem todos os alunos. Essa escola serve como um exemplo inspirador de como a inclusão pode ser realizada, mesmo diante das adversidades, destacando a importância do engajamento da comunidade escolar e da gestão na busca por uma educação mais justa e equitativa.

Em suma, as políticas públicas de educação especial no Brasil têm o potencial de promover a inclusão de forma significativa, mas sua efetivação requer um esforço conjunto e contínuo. O fortalecimento da formação docente, a melhoria da infraestrutura escolar e a promoção de uma cultura inclusiva são passos fundamentais para garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Portanto, é necessário um compromisso renovado por parte do Estado, da sociedade e das escolas para que se construa um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e acessível a todos.

Referências

1. DUTRA, Cláudia. **Políticas públicas e educação especial no Brasil**. Porto Alegre: Mediação, 2015.
2. GIL, Marta. **Formação de professores e inclusão escolar**. São Paulo: Cortez, 2016.
3. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
4. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Luciane. **Educação especial: inclusão e formação de professores**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

5. SOARES, Jussara; BASSO, Lúcia. **Educação inclusiva: práticas e desafios**. São Paulo: Summus, 2018.
6. VASCONCELOS, Célia. **A inclusão escolar: desafios e possibilidades**. Brasília: Ministério da Educação, 2024.